Luta por mais salário e garantia de direitos dos trabalhadores dos sectores dos RSU e da Higiene Urbana

JOAQUIM SOUSA

Camaradas,
Quando falamos dos resíduos sólidos urbanos e da higiene urbana, falamos de um sector essencial à vida das populações, à saúde pública e ao ambiente.

Uma estimativa sectorial aponta para cerca de 43.600 postos de trabalho ligados à limpeza urbana e à recolha de resíduos. São dezenas de milhares de trabalhadores que, todos os dias, mantêm as cidades, vila e aldeias limpas, recolhem, tratam e valorizam os resíduos.

Mas esta importância continua longe de ter correspondência nos salários, nas carreiras e nos direitos.

O Documento-Base da 5.ª Conferência coloca no centro da acção do STAL o aumento dos salários, a valorização das carreiras e profissões e a contratação colectiva. E, neste sector, não partimos do zero. Em 2026, realizámos o 1.º "Circuito Nacional dos Resíduos", apresentámos propostas concretas para os trabalhadores do Grupo EGF e para os resíduos e a higiene urbana.

Nos salários, colocámos o salário de entrada nos 1.100 €. Para 2027, temos de avançar. Se a reivindicação da CGTP-IN para o Salário Mínimo Nacional é de 1.100€, os trabalhadores dos resíduos e da higiene urbana não podem continuar colados ao salário mínimo. Devemos apontar para um salário de entrada no sector de pelo menos, 1.150 €, acompanhado da valorização de toda a grelha salarial, garantindo diferenças entre carreiras, categorias, qualificações, responsabilidades e antiguidade.

Não faz sentido dizer que estas profissões são essenciais, penosas e de elevado desgaste e risco, e depois pagar a quem as exerce o salário mínimo.

A valorização passa também pelas carreiras. A proposta de 2026 já defendia níveis de progressão, de três em três anos, e diuturnidades. Não podemos aceitar trabalhadores durante anos na mesma categoria, sem progressão e sujeitos a uma polivalência que desvaloriza profissões e salários.

Outra questão central é a penosidade, insalubridade e risco. Quem trabalha na recolha, limpeza urbana, triagem, tratamento ou valorização de resíduos está exposto a agentes biológicos, poeiras, ruído, esforço físico, intempéries, circulação rodoviária, máquinas e equipamentos pesados.

Em 2026, reivindicámos um Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco para todos os trabalhadores expostos, independentemente do vínculo, com três níveis de referência. Não podemos recuar! Estes valores devem ser actualizados e o princípio alargado a todo o sector. Trabalho igual, risco igual e desgaste igual têm de significar direitos iguais.

Precisamos, também, de 35 horas, horários justos, valorização do trabalho nocturno e por turnos, segurança das equipas e reconhecimento destas profissões como de desgaste rápido, com bonificações no tempo de trabalho, férias e acesso à reforma.

E precisamos de contratação colectiva. Temos de exigir às associações empresariais do sector – APERLU, AEPSA e ESGRA – abertura de processos de negociação para construir condições de trabalho dignas para todos. A concorrência entre empresas não pode ser feita à custa dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Mas a negociação só terá força se assentar na organização e na luta a partir dos locais de trabalho. É preciso reforçar a intervenção nas principais empresas de que são exemplo a SUMA, FCC, PREZERO, Ecoambiente, Rede Ambiente e restantes empresas, com contactos, plenários, delegados sindicais, sindicalização e participação dos trabalhadores.

O que está a acontecer na FCC demonstra a importância desta luta. A proposta de extinção de postos de trabalho na recolha de resíduos, atingindo também um delegado sindical, exige uma resposta firme. Estamos perante funções permanentes num serviço que tem de continuar. Defender o emprego e combater os despedimentos abusivos é também defender a liberdade sindical.

No Grupo EGF, devemos aprofundar a contratação colectiva, procurando negociar um IRCT que uniformize direitos em todo o Grupo, sem abandonar os processos de Acordo de Empresa já desencadeados e em vigor. E, em todo o sector, temos de avançar para uma estratégia nacional de valorização. O próprio Plano de Acção da Conferência aponta para cadernos reivindicativos específicos, condições mínimas para a Higiene e Limpeza Urbana e para o reforço da contratação colectiva.

Camaradas,
Não começamos hoje esta luta. Temos propostas, reivindicações e experiência acumuladas. A 5.ª Conferência deve servir para lhes dar continuidade, actualizá-las e elevar o nível da luta.

Mais salário. Carreiras dignas. Subsídio de penosidade, insalubridade e risco. 35 horas. Estabilidade no emprego. Contratação colectiva. Direitos iguais para trabalho igual.

São mais de 40 mil trabalhadores e mais de 40 mil razões para reforçar o STAL, a organização e a luta.
Com unidade e luta, vamos conquistar mais salário, mais direitos e melhores condições de vida e de trabalho.

Viva a 5.ª Conferência!
Viva o STAL!
A luta continua!